

SOARES, Roberto Carlos Ferreira. A Vertente Constitucional De Defesa Da Dignidade Da Pessoa Humana Como Promotora De Melhorias Das Condições De Vida Diante Do Cenário De Desigualdades Sociais Do Contexto Brasileiro. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

A VERTENTE CONSTITUCIONAL DE DEFESA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO PROMOTORA DE MELHORIAS DAS CONDIÇÕES DE VIDA DIANTE DO CENÁRIO DE DESIGUALDADES SOCIAIS DO CONTEXTO BRASILEIRO

THE EFFECTIVENESS OF THE FUNDAMENTAL RIGHT OF ACCESS TO THE WORK OF THE DISABLED PERSON BY THE MINISTRY OF LABOR MINISTRY

Roberto Carlos Ferreira Soares¹

RESUMO: este trabalho tem como objetivo apresentar a importância da proteção com relação aos direitos fundamentais advindas da promulgação da Constituição Federal de 1988 com destaque para a dignidade da pessoa humana como expoente de garantia da existência dentro de contexto da sociedade, ao mesmo tempo confrontando com os resultados de pesquisas que evidenciam que minorias e grupos vulneráveis permanecem sob condições de desigualdades educacionais como também expostos a violência urbana, fazendo com que ao final desse trabalho sejam levantadas algumas indagações sobre a atuação do Estado enquanto agente cumpridor da vontade do legislador constitucional no sentido de construir uma sociedade livre, justa, solidária, erradicando a pobreza, a marginalização e a redução das desigualdades regionais.

PALAVRAS-CHAVE: Constituição; Direitos fundamentais; Dignidade da pessoa humana; Desigualdades.

ABSTRACT: the objective of this work is to present the importance of protection with respect to fundamental rights arising from the promulgation of the Federal Constitution of 1988, highlighting the dignity of the human person as an exponent of guarantee of existence within the context of society, at the same time confronting with the results of researches that show that minorities and vulnerable groups remain under conditions of educational inequalities as well as exposed to urban violence, causing that at the end of this work some questions are raised about the State's performance as agent compliant with the will of the constitutional legislator in the sense of constructing a free, fair, supportive society, eradicating poverty, marginalization and reducing regional inequalities.

KEY WORDS: Constitution; Fundamental rights; Dignity of human person; Inequalities.

¹ Mestre em Sistema Constitucional de Garantias de Direitos pela Instituição Toledo de Ensino (ITE-Bauru/SP), pós-graduado em Administração de Recursos Humanos (Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP), pós-graduado em Direito e Processo do Trabalho (Anhanguera/Uniderp), pós-graduado em Direito e Processo do Trabalho pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Pesquisador. Psicólogo e Advogado. Email: ro.cabru@hotmail.com.

SOARES, Roberto Carlos Ferreira. A Vertente Constitucional De Defesa Da Dignidade Da Pessoa Humana Como Promotora De Melhorias Das Condições De Vida Diante Do Cenário De Desigualdades Sociais Do Contexto Brasileiro. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 é um marco fundamental na construção e fomentação de direitos e garantias que representam a expressão máxima da construção do ideal de dignidade humana.

Esse marco permitiu que fosse estabelecida uma rede de direitos e garantias que formassem um aparato para a efetivação dos direitos humanos para a construção do conceito de dignidade da pessoa humana.

Neste sentido, esse trabalho apresenta como o texto constitucional elencou a proteção constitucional a pessoa humana em suas dimensões que possibilitassem a construção de uma rede de direitos.

No momento seguinte é apresentada a questão da dignidade da pessoa humana como forma original do constituinte para alavancar no decorrer do tempo, fator de melhoria da condição de vida para as pessoas que estiverem em desvantagem dada pela condição econômica, física ou então pelos fatos históricos herdados.

Na sequência, é discutida a questão dos grupos vulneráveis e as minorias enquanto objeto de análise pelo discurso da dignidade humana pelo fato de estarem no centro da evidência constitucional como objetivos fundamentais para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária que possibilite a erradicação da pobreza, da marginalização e das desigualdades sociais.

No momento seguinte são abordados dados estatísticos que defrontam a vertente da dignidade humana, com relação ao enfrentamento da questão da violência que atingem os jovens dentro de uma faixa etária acima de 18 anos, bem como o resultado da pesquisa do IBGE que aborda o nível de escolaridade dos jovens acima de 25 anos.

Ao final, ao se apresentarem as conclusões, algumas questões são levantadas e apontadas como ponto de reflexão para a compreensão do objetivo maior proposto pela nossa Constituição de permitir que seja construída uma sociedade mais justa, livre de pobreza e sem desigualdades sociais, tendo como proposta maior a preservação da dignidade da pessoa humana como propulsora de direitos e garantias.

1 A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL A PESSOA HUMANA

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um sistema normativo de direitos fundamentais que concretiza o princípio da dignidade humana como inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constituindo o fundamento que favorece o progresso social a fim de se instaurar melhores condições de vida dentro de parâmetros de liberdade, paz e convivência pacífica.

O sistema normativo de direitos fundamentais da Constituição Federal de 1988 é compreendido com base na explicação de Ingo Wolfgang Sarlet²:

Em primeiro lugar, cumpre referir que o conceito material aberto de direitos fundamentais consagrado pelo artigo 5º, § 2º, da CF aponta para existência de direitos positivados em outras partes do texto constitucional e até mesmo em tratados internacionais, bem assim para a previsão expressa da possibilidade de se reconhecer direitos fundamentais não escritos, implícitos nas normas do catálogo, bem como decorrentes do regime e dos princípios da Constituição.

Ao examinar a função dos direitos fundamentais no constitucionalismo, é interessante o pensamento de Antonio Enrique Perez Luno³:

La concepción de los derechos fundamentales determina, de este modo, la propia significación del poder público, al existir una íntima relación entre el papel asignado a tales derechos y el modo de organizar y ejercerla funciones estatales. Los derechos fundamentales constituyen en la principal garantía con que cuentan los ciudadanos de un Estado de Derecho de que el sistema jurídico en su conjunto se orientará hacia el respeto y la promoción de la persona humana: en su estricta dimensión individual (Estado liberal de Derecho), o conjungando ésta con la exigencia de solidaridad corolario de la componente social y colectiva de la vida humana (Estado Social de Derecho).

Entende-se então que os direitos fundamentais têm a finalidade de proteger em todas as suas dimensões, a dignidade da pessoa humana.

2 SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 11. ed. ver. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012, p. 71

3 LUNO, Antonio Enrique Pérez. Los Derechos Fundamentales. Madrid: Editorial Tecnos (grupo Anaya, S.A.), 2004, p. 20.

Tal foi a preocupação do constituinte em garantir essa proteção que deixou expresso no artigo 1º inciso III na Carta Maior que um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, é a dignidade da pessoa humana.

A construção da dignidade da pessoa humana é um conceito que sendo aprimorado, pois a ideia de ser humano vem ao longo se modificando na medida em que a pessoa humana se desenvolve ao longo do tempo, aprimorando sua posição dentro do universo de sua existência, sendo esse valor reconhecido como pilar de sustentação pela Constituição Federal de 1988 como marco de cidadania que consagra a pessoa como sendo o maior valor a ser tratado pela figura do Estado.

O teor da Constituição de 1988 tem o cuidado de pontuar situações muito específicas de tratamento diferenciado, como é o caso das pessoas com deficiência, ou mesmo dos direitos dos presos, que no entendimento do legislador constituinte teria que haver um cuidado especial para tivessem tratamento digno.

Se nossa sociedade estivesse em um nível de desenvolvimento em que não se verificasse, a violência e o descaso para grupos vulneráveis, com certeza não haveria a preocupação de detalhar no texto constitucional, determinados direitos e garantias apontadas para esses grupos e outros.

Logo se percebe que a sociedade brasileira é extremamente diversificada no sentido da sua composição por brancos, negros, índios e por estrangeiros que vieram participar diretamente, tornando ainda mais complexa e diferenciada quanto se depara com as manifestações comportamentais de seus diversos membros.

Essa pluralidade de manifestações não retira a essência do fundamento que marca a expressão humana em todas as suas dimensões, conforme expressa o pensamento de Ingo Wolfgang Sarlet ao escrever sobre a dimensão da dignidade humana.⁴:

[...] a noção de dignidade da pessoa da pessoa humana (especialmente no âmbito do Direito), para que possa dar conta da heterogeneidade e da riqueza da vida, integra um conjunto de fundamentos e uma série de manifestações. Estas, ainda que diferenciadas entre si, guardam um elo comum, especialmente pelo fato de

4 SARLET, Ingo Wolfgang. Dimensões da Dignidade. Ensaios de filosofia do direito e direito constitucional. In: _____ (Org.) MAURER, Béatrice; SEELMAN, Kurt; KLOEPFER, Michael; HABERLE, Peter. As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005, p.14.

SOARES, Roberto Carlos Ferreira. A Vertente Constitucional De Defesa Da Dignidade Da Pessoa Humana Como Promotora De Melhorias Das Condições De Vida Diante Do Cenário De Desigualdades Sociais Do Contexto Brasileiro. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

compõem o núcleo essencial da compreensão e, portanto, do próprio conceito de dignidade da pessoa humana.

Estabelecer uma linha de defesa que pudesse garantir o preceito de dignidade da pessoa humana estampada no texto constitucional, não foi uma obra acabada, mas uma consequência que foi se desenvolvendo ao longo da história humana em momentos diferentes onde se foi incorporando fundamentos para a construção de um sistema normativo de direitos humanos.

Para a pensadora Flávia Piovesan a Constituição Federal de 1988 elegeu como valor essencial a dignidade da pessoa humana⁵:

Considerando que toda Constituição há de ser compreendida como unidade e como sistema que privilegia determinados valores sociais, pode-se afirmar que a Carta de 1988 elege o valor da dignidade humana como valor essencial que lhe dá unidade de sentido. Isto é, o valor da dignidade humana informa a ordem constitucional de 1988, imprimindo-lhe uma feição particular.

Uma vertente importante da construção desse sistema normativo de direitos fundamentais está moldada nas dimensões que compõem, na essencialidade, normas de proteção à dignidade da pessoa humana, sendo que retratam por um lado o conjunto que limita o poder do Estado e por outro lado busca promover direitos prestacionais.

A chamada primeira dimensão dos direitos individuais visa proteger a liberdade e autonomia do indivíduo e afastar a atuação arbitrária ou desproporcional do Estado, também reconhecidos por direitos de defesa. A segunda dimensão reúne os direitos sociais, econômicos e culturais e possui um caráter positivo, pois impõe ao Estado observar um conjunto de liberdades sociais e também um comportamento ativo. Já na terceira dimensão estão os direitos fundamentais de solidariedade e fraternidade coletiva, são também reconhecidos como sendo direitos transindividuais, pois sua proteção decorre de uma titularidade coletiva, como são os direitos ao meio ambiente equilibrado, os direitos a preservação do patrimônio histórico e cultural e os direitos do consumidor.

5 PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 15 ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 94.

SOARES, Roberto Carlos Ferreira. A Vertente Constitucional De Defesa Da Dignidade Da Pessoa Humana Como Promotora De Melhorias Das Condições De Vida Diante Do Cenário De Desigualdades Sociais Do Contexto Brasileiro. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

Para completar, José Afonso da Silva pontua o aspecto consolidador que a Constituição deu como meio positivo para dar um conteúdo real e uma possibilidade de exercício eficaz a todos os direitos⁶:

O certo é que a Constituição assumiu, na sua essência, a doutrina segundo a qual há de verificar-se a integração harmônica entre todas as categorias dos direitos sociais, que não mais poderiam ser tidos como uma categoria contingente. Nem é preciso fundamentá-los em bases jusnaturalistas, como se esforça em fazê-lo, para compreender que eles constituem em definitivo, os novos direitos fundamentais do homem.

A Constituição Federal de 1988 não esgotou em si mesma a possibilidade de reconhecer direitos, mas avançou de forma moderna e estratégica quando pontuou a possibilidade de legislações extraterritório pudessem contribuir com o sistema normativo protetivo.

O reconhecimento dessa possibilidade está nas relações internacionais, o Estado brasileiro associa o juízo jurídico ao juízo diplomático e no artigo 4º do texto constitucional estabelece um conjunto de princípios que regulam a conduta na vida internacional com os demais Estados soberanos.

Neste perfil, o compromisso assumido pelo repúdio ao terrorismo e ao racismo e pela prevalência dos direitos humanos que, no entendimento de Celso Lafer⁷:

Essa diretriz assinala, politicamente, à passagem do regime autoritário para o Estado democrático de direito, institucionalizado pela Constituição de 1988 que consagra a perspectiva *ex parte populi* dos direitos humanos como princípio de convivência coletiva tanto no plano interno quanto no internacional como prerrogativas de proteção à pessoa humana.

Em relação aos tratados internacionais de direitos humanos, admitidos pelo sistema previsto nos artigos 5º § 2º e 3º, sem adentrar nos aspectos doutrinários, basta salientar que os tratados de direitos humanos celebrados pelo Brasil e positivados na Constituição possuem fundamentalidade decorrente de proteção de direitos humanos.

Segundo a doutrina, o Brasil adota um sistema misto, em que os tratados internacionais que versem sobre direitos humanos recebem tratamento privilegiado,

6 SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 38 ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2014, p. 186.

7 LAFER, Celso. A internacionalização dos direitos humanos: constituição, racismo e relações internacionais. Barueri: Manole, 2005, p. 2

SOARES, Roberto Carlos Ferreira. A Vertente Constitucional De Defesa Da Dignidade Da Pessoa Humana Como Promotora De Melhorias Das Condições De Vida Diante Do Cenário De Desigualdades Sociais Do Contexto Brasileiro. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

sendo incorporados diretamente, desde aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, sendo respeitados no mesmo patamar das emendas constitucionais, conforme artigo 5º § 3º.

Merece destaque a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo aprovado pelo Congresso Nacional conforme procedimento acima descrito.

Outros casos, é reconhecido outros diplomas internacionais que não sofreram o mesmo tratamento das emendas constitucionais e que por força do artigo 5º § 2º da Carta Maior, como é o caso do Pacto de San Jose da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário, que trouxe diversas proteções ao indivíduo⁸.

Logo, se vislumbra que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu fundamentos importantes que centralizam a garantia da proteção da dignidade humana em todas as suas dimensões, tendo a preocupação em alguns casos, apontar o cuidado de proteger grupos sociais com maior vulnerabilidade e ainda assim soube manter aberturas para incorporação de outros direitos que fossem reconhecidos na esfera internacional permitindo maior atualização e estratégia conectada para fortalecimento do sistema normativo de proteção como fundamento da dignidade da pessoa humana.

2 DIREITOS FUNDAMENTAIS E PESSOA HUMANA

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu em seu artigo 5º diversos direitos que estão consagrados no mundo jurídico, sendo vertente principal da coluna dos direitos fundamentais.

A Constituição pode ser entendida considerando o sentido sociológico, político e jurídico. Dentro de uma perspectiva de sentido sociológico, ela se aproxima do poder social, concebido como fato social, não como norma propriamente dita. A Constituição é o resultado do momento histórico do país, de sua realidade social, das forças que exercem

8 Pacto de San Jose da Costa Rica, artigo 11:
(...)

Artigo 11 – Proteção da honra e da dignidade

- 1- Toda pessoa tem direito ao respeito da sua honra e ao reconhecimento de sua dignidade;
- 2- Ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias ou abusivas em sua vida privada; em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais à sua honra ou reputação.
- 3- Toda pessoa tem direito a proteção da lei contra tais ingerências ou tais ofensas.

SOARES, Roberto Carlos Ferreira. A Vertente Constitucional De Defesa Da Dignidade Da Pessoa Humana Como Promotora De Melhorias Das Condições De Vida Diante Do Cenário De Desigualdades Sociais Do Contexto Brasileiro. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

o poder na sociedade. A representação desse poder se dá de forma escrita, mas não pode apenas estar alinhada em um papel, como bem destacou Michael Temer⁹:

Representante mais expressivo do sociologismo jurídico é Ferdinand Lassale, que em sua obra clássica, sustentou que a Constituição pode representar o efetivo poder social ou distanciar-se dele: na primeira hipótese ela é legítima; na segunda ilegítima. Nada mais é que uma “folha de papel”. A sua efetividade derivaria dos fatores reais do poder. Espelha o poder. A Constituição efetiva (isto é, aquele somatório de poderes gerador da folha de papel) houver coincidência; quando tal não ocorrer, prevalecerá sempre a vontade daqueles que titularizam o poder. Esse não deriva da “folha de papel”, da Constituição escrita, mas dos fatores reais de poder.

O texto constitucional, portanto, não é apenas estar “no papel”. Ele deve ser aplicado com sua máxima força, a fim de servir a todos os seus objetivos, principalmente visando o bem-estar social. A sociedade, legitimadora do poder que possibilitou a Constituição, depositar nos representantes políticos, o retorno adequado a todos os seus anseios, ou seja, as liberdades, garantias e principalmente, direitos fundamentais concretizados ou efetivados.

Neste sentido, cabe aos operadores do direito um papel maiúsculo de fazer valer o texto constitucional, em seu verdadeiro propósito, considerando, principalmente, o conceito da dignidade da pessoa humana, visto que as normas atinentes à justiça não são meramente uma exposição de vontade, mas carregam em si mesmas a eficácia direta e imediata.

Desde modo, os princípios constitucionais podem e devem ser aplicados autonomamente, utilizando toda a força emanada por estes, sempre considerando o sopesamento do indivíduo com a sociedade. Não se deve, no entanto, utilizar a dignidade da pessoa humana de forma superficial, para que esta não caia em vala comum conforme alerta Robert Alexy¹⁰:

O que se pergunta é se o indivíduo tem um direito subjetivo constitucional a essa proteção, e como esse direito deve ser fundamentado, deve estatal de proteger a dignidade humana ou transfere o dever de proteção aos direitos fundamentais subsequentes. A vantagem dessa construção reside no fato de ela se apoiar diretamente no texto constitucional; sua desvantagem, no fato de que ela se vê

9 TEMER, Michael. Elementos de Direito Constitucional. 23. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2010, p. 22.

10 ALEXY Robert, Teoria dos direitos fundamentais. Trad. de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2009, p. 454.

SOARES, Roberto Carlos Ferreira. A Vertente Constitucional De Defesa Da Dignidade Da Pessoa Humana Como Promotora De Melhorias Das Condições De Vida Diante Do Cenário De Desigualdades Sociais Do Contexto Brasileiro. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

distante do dilema de ou ampliar de forma extrema o conceito de dignidade humana, para poder abarcar tudo aquilo que seja digno de proteção e que implica o sempre suscitado risco de trivializar a dignidade humana ou renunciar a abarcar algumas coisas dignas de proteção.

Para que haja a efetivação das normas constitucionais, não permitindo que seja apenas “pedaço de papel”, basta à aplicação do disposto na Constituição para obter a plenitude de seus mandamentos, reservando conceitos que exigem uma maior dose de subjetividade para os casos nos quais serão imprescindíveis, ou seja, para a utilização da dignidade da pessoa humana deve-se ter precisão cirúrgica, atingindo o propósito adequado, não a suscitando de forma genérica, para que assim atinja a aplicação desejada, impedindo argumentação em sentido contrário.

Neste sentido, colabora o pensamento de John Rawls quando analisa as teorias de justiça devem ser justas e sua omissão implicaria na sua inutilização¹¹:

[...] una teoria, por muy atractiva, elocuente y concisa que sea, tiene que ser rechazada y revisada si no es verdadera, de igual modo, no importa que las leyes y instituciones estén ordenadas y sean eficientes, si son injustas han de ser reformadas y abolidas.

Outro apontamento importante segue no sentido de que um direito não está acima do outro, então há que se fazer um sopesamento dos direitos envolvidos quando da análise do caso concreto, já que este é que fornecerá os elementos necessários para que o operador de direito tenha condições de estabelecer quando é o caso de prevalecer determinado mandamento constitucional. Não há uma regra que possa ser aplicada a todos os casos igualmente pois há uma carga subjetiva considerável a ser levada em conta quando se fizer o sopesamento entre tais direitos.

Segundo entendimento de Gomes Canotilho as expressões “direitos do homem” e “direitos fundamentais” são utilizadas corriqueiramente como sinônimas, no entanto, uma distinção entre ambas pode ser feita: direitos do homem são aqueles válidos para todas as pessoas e em todos os tempos, representando assim uma dimensão jusnaturalista-universalista. Já os direitos fundamentais são os direitos do homem jurídico-institucionalmente garantidos. Os direitos do homem emanam da própria natureza humana e assim tem o seu caráter inviolável, bem como atemporal e universal. Os

SOARES, Roberto Carlos Ferreira. A Vertente Constitucional De Defesa Da Dignidade Da Pessoa Humana Como Promotora De Melhorias Das Condições De Vida Diante Do Cenário De Desigualdades Sociais Do Contexto Brasileiro. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

direitos fundamentais, por outro lado, são os direitos vigentes dentro de uma ordem jurídica¹².

Outro jurista, Norberto Bobbio ensina que saber os direitos fundamentais não é tão importante quanto a sua devida aplicação, pois de nada adianta a definição de quais e quantos são se não houver a efetiva utilização destes, os transformando em garantias que possam se exercitadas de fato pelas pessoas¹³.

O ser humano precisa e deve ser respeitado em toda a sua dignidade, levando em consideração seu valor de fim e não de meio, de modo que a dignidade da pessoa humana se promove por meio da consideração do ser humano como fundamento central de todo o sistema jurídico, no sentido de que o direito positivo é feito para a pessoa e sua realização existencial. A Constituição Federal de 1988, nesse aspecto elevou a tutela e promoção da pessoa humana a um valor máximo, indicando que a dignidade da pessoa humana é inviolável.

O Estado deu uma garantia a todos quando apontou a dignidade da pessoa humana como garantia fundamental, pois deste princípio emana a segurança que todos podem e devem ter de que poderão viver de forma digna.

Desta forma, para aplicação dos direitos fundamentais, há que se passar também pelo princípio da dignidade da pessoa humana, que foi insculpido na Constituição Federal de 1988 e constitui, sem dúvida alguma, um dos marcos do direito nos dias atuais e, portanto, um ponto importante ao se tratar do bem estar de todas as pessoas.

3 AS MINORIAS E OS GRUPOS VULNERÁVEIS

A expressão “grupos vulneráveis” carrega uma conotação de elementos que são frágeis e necessitam de cuidados especiais, que podem estar expostos a determinados riscos que não podem se defender.

12 CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional. 6. ed. ver. Coimbra: Livraria Almedina, 1993, p. 547.

13 BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. São Paulo: Campus, 2004, p. 30.

SOARES, Roberto Carlos Ferreira. A Vertente Constitucional De Defesa Da Dignidade Da Pessoa Humana Como Promotora De Melhorias Das Condições De Vida Diante Do Cenário De Desigualdades Sociais Do Contexto Brasileiro. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

O termo minoria traz o sentido de inferioridade em número ou compreendidas como grupos de indivíduos ligados entre si por laços de ascendência, língua e religião¹⁴.

Na verdade, sempre existiram minorias, mas tornaram-se um grave problema, pois passaram a sofrer opressões constantes ao sabor de decisões políticas ou sociais emergentes de um contexto instável, que terminam por impedir a titularidade ou exercício de direitos.

As minorias oferecem resistência às forças dominantes através do exercício do direito de associações, reuniões, manifestações de pensamento, e, em alguns casos, ações armadas e violentas.

Nisso reside uma dificuldade para estabelecer um conceito sobre minorias, pois diversos fatores influem no entendimento do tema, como aponta Gabi Wucher¹⁵:

Os problemas de definição devem ser vistos na considerável diversidade de minorias e seus respectivos contextos, no mundo inteiro: como não existem dois contextos idênticos, envolvendo minorias em diferentes Estados, cada minoria, assim como a situação em que se encontra tem suas próprias características, diferenciando-se em maior ou menor grau de contextos minoritários de outros Estados e no âmbito dos debates travados acerca dessa questão as opiniões divergentes a respeito do que é uma minoria, muitas vezes refletem tanto as respectivas problemáticas dos diferentes contextos minoritários em muitas partes do mundo quanto os diferentes pontos de vista de Estados e governos.

Ainda assim, é possível apontar alguns elementos comuns que integram a ideia de minoria, como por exemplo: grupo numérico, posição não dominante junto ao corpo social e grau de solidariedade entre seus membros como forma de identidade social.

Soma-se a tais elementos, a classificação de Antônio Celso Baeta Minhoto¹⁶ que congrega: a incapacidade de autoproteção; demandantes de especial proteção estatal; vulnerabilidade social; distanciamento do padrão hegemônico e finalmente a opressão social.

14 Do latim *minor+ia*. Inferioridade em número; a parte menos numerosa de uma corporação deliberativa e que sustenta ideias opostas à da maior parte. Enciclopédia Brasileira Mérito. vol. 13, matas-neo, São Paulo: Editora Merito S.A., 1960, p. 294.

15 WUCHER, Gabi. Minorias proteção internacional em prol da democracia, 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000, p. 44.

16 MINHOTO, Antônio Celso Baeta. Constituição e inclusão social; a inclusão social e a questão da conceituação do termo portador de deficiência; coordenação de Pietro de Jesus Lora Alarcon e Lydia Neves Bastos. Bauru: Edite, 2007, p. 11.

Por outro lado, nada impede que minorias sejam integradas ao gênero grupos vulneráveis, pois pode se afirmar que grupos vulneráveis compõem um gênero do qual as minorias são espécies, como aponta o pensamento de Elida Séguin¹⁷:

Existe certa confusão entre minorias e grupos vulneráveis. As primeiras seriam caracterizadas por ocupar uma posição não dominância no país onde vivem. Os grupos vulneráveis podem se constituir num grande contingente numericamente falando, como as mulheres, crianças e idosos. Para alguns são grupos vulneráveis, posto destituídos de poder, mas guardam a cidadania e os demais elementos que poderiam transformá-los em minorias (...). Na prática tanto os grupos vulneráveis quanto as minorias sofrem discriminação e são vítimas da intolerância.

Quanto a aceitação ou rejeição das minorias e sua participação maior, menor ou nula na sociedade, isto guarda relação com os processos históricos e o acúmulo de experiências vivenciadas por certa sociedade no curso do tempo, ou seja, as características de cada minoria ou grupo vulnerável definirão sua expressão na sociedade.

Existem segmentos sociais e culturais distintos, pois alguns são excluídos ou até impedidos de exercer seus direitos, sendo que muitos são marginalizados. Por outro lado existem minorias que são economicamente abastadas e socialmente aceitas que exerce a cidadania plena, na outra ponta dos “muitos” representam milhões de excluídos que gravitam em torno da cidadania limitada.

As minorias pela característica da solidariedade entre si articulam movimentos sociais com o fim de participação nas decisões políticas, enquanto os grupos vulneráveis articulam apenas aceitação social, esta distinção de propósitos faz com que as ações coordenadas dos grupos vulneráveis permaneçam em segundo plano e necessitem de proteção estatal porque são incapazes de autoproteção.

Não obstante a concretização por direitos individuais ou sociais vise a universalidade nos grupos vulneráveis singulares e distinta posturas entre os membros do próprio grupo frente às adversidades enfrentadas para efetivação de seus direitos é marcada por fatores econômicos e sociais precedentes. Entre aqueles membros conhecedores de seus direitos de vulnerável, enquanto os membros desconhecedores de

SOARES, Roberto Carlos Ferreira. A Vertente Constitucional De Defesa Da Dignidade Da Pessoa Humana Como Promotora De Melhorias Das Condições De Vida Diante Do Cenário De Desigualdades Sociais Do Contexto Brasileiro. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

seus direitos permanecem em estado de inação. Educar-se para conhecer seus direitos não é só uma questão cultural, mas histórica e fundada na experiência vivida por cada pessoa.

De qualquer modo, integrando-se a uma minoria ou a um grupo vulnerável, já não basta educar-se, pois sua aceitação no contexto social, depende da capacidade lutar pela efetivação de seus direitos.

De forma complementar uma a outra, a justiça social das minorias e dos diversos grupos vulneráveis só pode se concretizar pela inclusão social idealizada a partir dos movimentos sociais.

Ao Estado compete regulamentar um conjunto de medidas que assegurem o direito à igualdade, e à não discriminação de qualquer natureza, isto é, ter o direito à identidade de ser reconhecido como diferente e ter direito à diferença sem preconceitos.

Essa ideia está consagrada na Constituição Federal, emoldurada no quadro petrificado do princípio da dignidade da pessoa humana, estampada nas conquistas dos direitos humanos, positivadas em diversos diplomas que foram reconhecidos pela nossa cultura jurídica e mais, realçada e defendida por todos nós.

Ainda assim, paira um sentimento de não realização pelos fatos que são vivenciados pela experiência comum cotidiana que todos nós, atores dessa existência e cumpridores de nossos papéis sociais, somos testemunhas vivas ainda da desigualdade social que assola ainda mais pessoas na sua dignidade humana quando não conseguem ou são expostos a violência social.

4 O ENCONTRO COM A REALIDADE DE FATO

A exposição da argumentação da importância do reconhecimento dos direitos fundamentais principalmente enquanto estampado na propulsão com o princípio da dignidade da pessoa humana, não resta sombra de dúvida da sua vitalidade, bem como de todo seu grau de criticidade para preservação dos direitos humanos tanto da primeira como da última dimensão que protege o ser humano da ação provocada pela sua própria espécie.

SOARES, Roberto Carlos Ferreira. A Vertente Constitucional De Defesa Da Dignidade Da Pessoa Humana Como Promotora De Melhorias Das Condições De Vida Diante Do Cenário De Desigualdades Sociais Do Contexto Brasileiro. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

Essa proteção garantida pelo texto constitucional apregoado e petrificado no ano de 1988 possibilitou que fossem dadas garantias para que a pessoa humana pudesse reivindicar o seu direito ferido.

O legislador constituinte teve a preocupação de formular no texto constitucional mesmo que alguns direitos não sejam efetivados imediatamente, mas que ao longo do tempo na medida em que formassem condições ideais, seriam ao longo do tempo se sedimentando e para isso soube manter a estratégia de formulação de programas que fossem ao longo do tempo desenvolvidos para que no momento mais propício fossem feitas melhorias na qualidade de vida de diversos grupos, principalmente aqueles classificados no rol das minorias ou de vulneráveis.

Neste momento, a Constituição Federal de 1988, a título de exemplificação, como o caso das pessoas com deficiência, consagrou diversos dispositivos de proteção para esse grupo de pessoas que foram esquecidas ao longo do tempo.¹⁸, sendo que muitos dos tais podem ser aferidos como ao longo do texto constitucional.¹⁹

Ainda neste panorama, o texto maior estabeleceu que nosso Estado é uma República Federativa que dentro de seus objetivos fundamentais elege a promoção do bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação²⁰, estabelecendo seu repúdio inclusive ao racismo, como sendo crime inafiançável e imprescritível.

Neste patamar, merece destaque que o Estado brasileiro estabeleceu ações afirmativas inclusive que pudessem reduzir as desigualdades sociais entre diversos grupos sociais e dentre várias, o acesso a cotas nos estabelecimentos de ensino federais de educação superior vinculada ao Ministério da Educação no qual deverão reservar para cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e dentro dessa porcentagem, existem dois critérios nos quais as vagas são subdivididas entre aqueles que possuam renda

18 SILVA, Otto Marques da. A Epopeia Ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo e ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1992, p. 380.

19 Trata das competências dos entes federados: artigo 23, inciso II – cuidar da saúde e assistência, pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; artigo 24, inciso XIV – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 dez. 2017.

20 Idem, artigo 3º, inciso IV .

SOARES, Roberto Carlos Ferreira. A Vertente Constitucional De Defesa Da Dignidade Da Pessoa Humana Como Promotora De Melhorias Das Condições De Vida Diante Do Cenário De Desigualdades Sociais Do Contexto Brasileiro. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio (valor vigente) per capita (por pessoa) e por aqueles que possuam renda familiar bruta superior a um salário mínimo (valor vigente) per capita (por pessoa), sendo que ambas as divisões atenderiam pessoas afrodescendentes.²¹

A legislação acima representa exemplo de ação afirmativa, inclusive porque tem o perfil de medida temporária para compensar a desigualdade social causada a negros devido à escravidão, principalmente por indicar que no prazo de dez anos a contar da data de publicação do diploma legal, será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes negros, pardos, indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Neste mesmo patamar, o Estado brasileiro criou o Plano Nacional de Educação (PNE) o qual fixou as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira nos próximos dez anos, ou seja, para o período de 2014 a 2024.²²

Apesar dos esforços contidos no PNE, os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE²³, indicam que no resultado para 2016, cerca de 66,3 milhões de pessoas na faixa etária de 25 anos ou mais (representam 51% da população adulta) tinham concluído apenas o ensino fundamental. Além disso, 15,3% dessa população haviam concluído o ensino superior.

As conclusões apontam que a desigualdade na instrução da faixa dessa população tem caráter regional, sendo que no Nordeste, 52,6% sequer haviam concluído o ensino fundamental, enquanto na região Sudeste, 51,1% tinha pelo menos o ensino médio completo.

Esse retrato dessa faixa etária carrega uma lamentável constatação que apenas 8,8% de negros ou pardos tinham nível superior, enquanto para os brancos esse

21 A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 22 dez. 2017.

22 Vide detalhamento do PNE no site do Governo Brasileiro: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 dez. 2017.

23 Informações do resultado da pesquisa realizada pelo IBGE: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam- apenas-o-ensino-fundamental-completo.html>. Acesso em: 22 dez. 2017

percentual era de 22,2%. O nível superior completo era mais frequente entre as mulheres (16,9%) do que entre os homens (13,5%), logo nesta faixa etária, o objetivo da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que estabelece os requisitos de ingresso nas universidades e cursos técnicos não teve sucesso, pois não alcançou com êxito essa faixa etária.

A referida pesquisa demonstra que um dos fatores que impede ou dificulta o acesso a qualificação pelo ensino, está na dificuldade de conciliar o trabalho com os estudos ou mesmo quando estão na expectativa de conseguir um trabalho, sem falar em emprego.

Neste patamar dessa faixa etária, a taxa de analfabetismo no contexto brasileiro foi de 7,2% em 2016, sendo que para o grupo de pretos ou pardos, a taxa é de 9,9%, enquanto que para o grupo de pessoas brancas é de 4,2%, ou seja, neste quadro a condição dos pretos e pardos é muito pior que para os brancos, isto é, duas vezes mais.

Logo o patamar mínimo de existência desejado pelo constituinte imbuído pela aura da dignidade humana está apenas nas letras, pois o ser humano negro tem outra realidade de sobreviver dentro de um contexto de fortes desigualdades sociais.

Outro dado importante que merece atenção foi o lançamento do relatório que trata do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-Violência) Municipal e do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial para as Unidades da Federação ano de 2017, que evidenciou que a cor da pele como fator de maior exposição à violência, cuja população alvo representava jovens entre na faixa de 15 a 29 anos.²⁴

O resultado dessa pesquisa evidência que na análise do contexto de violência e desigualdade racial, considerando o ano base de 2015, constatou que a prevalência de jovens negros entre as vítimas de assassinatos em comparação com jovens brancos é uma tendência nacional: em média, jovens negros têm 2,71 mais chances de morrerem por homicídio do que jovens brancos no país.

O que mais chamou a atenção é questão quanto da exposição ao risco de violência se concentra nos Estados do Norte e Nordeste, enquanto as menores vulnerabilidades estão no Sudeste e Sul.

24 Brasil. Presidência da República. Secretaria de Governo. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes / Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

SOARES, Roberto Carlos Ferreira. A Vertente Constitucional De Defesa Da Dignidade Da Pessoa Humana Como Promotora De Melhorias Das Condições De Vida Diante Do Cenário De Desigualdades Sociais Do Contexto Brasileiro. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

Esse indicativo de concentração é revelador pelo fato desses Estados que possuem maior concentração do produto interno bruto, logo o fator econômico prevalece na medida em que carrega os elementos necessários para criação de infraestrutura, logística e recursos educacionais mais elaborados do que os existentes entre outras Unidades da Federação.

O resultado dessa pesquisa também apontou que a violência e desigualdade entre mulheres negras e brancas, sendo que a concentração das mortes por homicídios entre pessoas negras e pardas também pode ser observada considerando-se a faixa etária de jovens (15 a 29 anos), em 26 Unidades da Federação, a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras do que entre as mulheres brancas, isto é, entre 2005 e 2015 a taxa de homicídios de mulheres brancas teve redução de 7,4%, enquanto a taxa de mortalidade de mulheres negras aumentou 22%.

O retrato da violência e desigualdade racial demonstra que os jovens negros ainda são as maiores vítimas, principalmente as mulheres negras que apesar dos mecanismos criados pelo legislador constituinte para melhoria das condições de vida daqueles que estão marginalizados e neste caso específico, os afrodescendentes, mesmo assim permanecem distantes do atingimento do objetivo da dignidade humana.

CONCLUSÕES

Os direitos fundamentais representam o núcleo de decisões políticas escolhidas pelo legislador constituinte de 1988 para garantir aos indivíduos e as coletividades sociais o exercício das liberdades individuais sem intervenção do Estado compelindo-o também ao cumprimento de direitos prestacionais e as chamadas liberdades sociais por meio de ações estatais fomentadas por políticas públicas.

O reconhecimento da dignidade da pessoa humana como núcleo essencial da República Federativa do Brasil enaltece os valores sociais humanos como um conjunto de normas jurídicas positivadas.

A preocupação do constituinte em detalhar determinados direitos e expressar sua vertente para a valorização da pessoa humana em todas as suas dimensões, é sem sombra de dúvidas uma conquista que identifica que o ser humano seja reconhecido como valor máximo, como fim máximo do Estado.

SOARES, Roberto Carlos Ferreira. A Vertente Constitucional De Defesa Da Dignidade Da Pessoa Humana Como Promotora De Melhorias Das Condições De Vida Diante Do Cenário De Desigualdades Sociais Do Contexto Brasileiro. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

A vertente da dignidade da pessoa humana estampada no texto constitucional, bem como as diversas exposições de proteção e garantias de direitos possibilitam criar uma rede de proteção a vida humana, ao aspecto que representa todos os seres humanos quanto as condições de sua existência.

Apesar de toda a vontade e decisão do legislador constituinte, os benefícios prometidos pela Constituição Cidadã ainda não cumpriu seu objetivo de erradicar a pobreza e as desigualdades sociais.

Os resultados da pesquisa pelo IBGE que analisa as condições de evolução escolar chamam a atenção pelo fato o retrato de 2016 para os brasileiros com faixa etária acima dos 25 anos, 51% tinham completado somente o ensino fundamental, justamente representam a maior força de trabalho ativa, o que pode sugerir que alguns fatores não estimulam essa fatia da população no sentido de aprimorarem, como: carga de trabalho, condições de trabalho, ganhos insuficientes para manter as condições básicas da família, falta de oportunidade para ajustar o tempo disponível com o desenvolvimento profissional, a condição de estar desempregado e a falta de perspectiva de melhoria profissional. Todos esses fatores e outros não citados podem representar um elo perdido para o distanciamento da melhoria da educação nesta faixa e que desemboca em um fator resumo: a condição financeira que dificulta o desenvolvimento profissional, pois na maioria dos casos, essa faixa da população busca alcançar as condições básicas para viver.

O apontamento da pesquisa Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial também demonstram que a probabilidade de jovens negros serem assassinados pela violência é mais que o dobro da chance de ocorrer com brancos, a vulnerabilidade continua sendo pela exposição a esse grupo se mantém distante dos benefícios de uma sociedade mais justa.

Em ambas pesquisas há um elemento comum que demonstra que as desigualdades se sobressaem com maior intensidade nas regiões Norte e Nordeste. Esse elemento coincide com o fato que nestas regiões onde se encontram os Estados da Federação que não possuem o mesmo destaque na economia quando comparados com os Estados da região Sul e Sudeste que possuem a maior produção econômica.

O aspecto econômico é importante porque denota por um lado a capacidade do Estado em investir em saúde, educação, e o mercado por sua vez oferta melhores

SOARES, Roberto Carlos Ferreira. A Vertente Constitucional De Defesa Da Dignidade Da Pessoa Humana Como Promotora De Melhorias Das Condições De Vida Diante Do Cenário De Desigualdades Sociais Do Contexto Brasileiro. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

remunerações para o trabalho. Esse fator merece atenção, pois se o Estado concentra maior poder econômico, acaba por atrair investimentos de logística, educação para aprimoramento técnico industrial, ao mesmo tempo obriga ao Estado a concentração de recursos nas áreas de segurança e saúde.

Essa condição permite indagar que as soluções das desigualdades sociais não passam somente por legislações ou pela vontade do legislador em reduzir as desigualdades através de sanções legislativas, mas pela formulação de políticas públicas que permitam que haja desenvolvimento econômico que atenda a melhoria da condição de vida das pessoas como um todo e não de grupos econômicos ou empresariais.

Isso não reduz a importância da vontade do legislador constitucional em estabelecer como objetivo a construção de uma sociedade livre, justa, solidária que quer erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Antes disso, não pode ser um simples pedaço de papel, mas buscar a melhor alternativa que atenda o interesse comum, voto de demonstração do Estado de Direito.

O Estado deve fomentar condições para geração de empregos, propiciando para a pessoa o desenvolvimento da sua potencialidade através da educação, ofertando resguardo nos vetores da saúde e na segurança para que o desenvolvimento seja linear, possibilitando que tanto as minorias como os grupos vulneráveis tenham condições de acesso aos bens ofertados pela sociedade de forma democrática, como condição exponencial defendida pelo legislador constituinte, conhecida como dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

ALEXY Robert, **Teoria dos direitos fundamentais**. Trad. de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2009.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. São Paulo: Campus, 2004.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Constituição (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 dez. 2017.

_____, **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm>. Acesso em: 22 dez. 2017.

_____, Presidência da República. Secretaria de Governo. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil**

SOARES, Roberto Carlos Ferreira. A Vertente Constitucional De Defesa Da Dignidade Da Pessoa Humana Como Promotora De Melhorias Das Condições De Vida Diante Do Cenário De Desigualdades Sociais Do Contexto Brasileiro. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

habitantes / Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional**. 6. ed. ver. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

TEMER, Michael. **Elementos de Direito Constitucional**. 23. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2010.

LAFER, Celso. **A internacionalização dos direitos humanos: constituição, racismo e relações internacionais**. Barueri: Manole, 2005.

LUNO, Antonio Enrique Pérez. **Los Derechos Fundamentales**. Madrid: Editorial Tecnos (grupo Anaya, S.A.), 2004.

MINHOTO, Antônio Celso Baeta. **Constituição e inclusão social; a inclusão social e a questão da conceituação do temo portador de deficiência**; coordenação de Pietro de Jesus Lora Alarcon e Lydia Neves Bastos. Bauru: Edite, 2007.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o direito constitucional internacional**. 15 ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

RAWLS, John. **Teoria de la justiça**. Trad. de Maria Dolores Gonzalles. 2. ed. México: FCW, 1995.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 11. ed. ver. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dimensões da Dignidade**. Ensaios de filosofia do direito e direito constitucional. In: _____ (Org.) MAURER, Béatrice; SEELMAN, Kurt; KLOEPFER, Michael; HABERLE, Peter. **As dimensões da dignidade da pessoa humana**: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

SÉGUIN, Elida. **Minorias e Grupos Vulneráveis: uma abordagem jurídica**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 38 ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2014.

SILVA, Otto Marques da. **A Epopeia Ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo e ontem e de hoje**. São Paulo: CEDAS, 1992.

WUCHER, Gabi. **Minorias proteção internacional em prol da democracia**, 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000